

**PARA PREENCHIMENTO PELA ENTIDADE SOLICITANTE APÓS AUTORIZAÇÃO DE CEDÊNCIA DE
INFORMAÇÃO SUJEITA A SEGREDO ESTATÍSTICO
(LEI 22/2008 DE 13 DE MAIO)**

COMPROMISSO DE SIGILO

Nos termos da Lei 22/2008 de 13 de maio, que estabelece os princípios, as normas e a estrutura do Sistema Estatístico Nacional, designadamente do disposto no nº 6 do artigo 6º e de acordo com o deliberado pela Secção Permanente do Segredo Estatístico, no âmbito da aprovação por procedimento escrito conforme 1ª Deliberação da Secção, a Agência Portuguesa do Ambiente, compromete-se a:

1. Guardar absoluto sigilo em relação aos dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística, relativos a informação estatística confidencial do Inquérito Anual à Produção Industrial, de 2011 (número de empresas, quantidades de produtos produzidos e quantidades de matérias-primas compradas, na máxima desagregação PRODCOM – 12 dígitos), das Estatísticas do Comércio Internacional 2011 (quantidades importadas e exportadas, na máxima desagregação da Nomenclatura Combinada - 8 dígitos), usando-os exclusivamente para os fins mencionados no pedido enviado ao Conselho Superior de Estatística em novembro 2012;
2. Utilizar a informação disponibilizada apenas para análise de contexto no âmbito da Proteção do Ambiente e na elaboração anual do inventário nacional de emissões e remoção de poluentes atmosféricos (INERPA), destinados a cumprir o acordo internacional estabelecido por Portugal, no quadro da Convenção das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (UNFCCC - *United Nations Framework Convention on Climate Change*) e do Protocolo de Quioto. Ou seja, as obrigações a nível das instâncias comunitárias: Diretiva Tectos Nacionais de Emissão (Diretiva 2001/81/CE) e Decisão do Conselho 2004/280/CE, relativa a um mecanismo de vigilância das emissões comunitárias de gases com efeito de estufa;
3. Pôr em prática as medidas técnicas e organizativas adequadas para proteger a informação estatística disponibilizada, contra o acesso não autorizado, a difusão, a alteração, a destruição accidental ou ilícita, ou a perda accidental;
4. Efetuar a divulgação da informação de acordo com o mencionado no pedido aprovado, de uma forma que não permita qualquer identificação, direta ou indireta, das unidades estatísticas de base;

5. Utilizar a informação somente para as finalidades para que foi cedida, e enquanto necessária, procedendo à sua destruição logo que deixe de ser necessária para aquelas finalidades, de forma que garanta a impossibilidade de quaisquer acessos futuros por terceiros;
6. Enviar ao Conselho Superior de Estatística o resultado do trabalho desenvolvido a partir da informação estatística cedida.

Lisboa, de ... de 2013

Nome ()
Cargo ()